

# Comissão propõe mudança no

2 JUL 1986

JORNAL DO BRASIL

## serviço militar

Itaipava — A Comissão de Estudos Constitucionais aprovou proposta de texto que, na prática, esvaziará a obrigatoriedade da prestação de serviço militar estabelecida na Constituição. O texto aprovado considera ser "lícito a excusa de consciência para eximir-se do serviço militar regular, salvo em tempo de guerra". Os 30 conselheiros da Comissão também aprovaram, por unanimidade, a inclusão na Constituição, pela primeira vez, de referência expressa contra a tortura — "a qualquer título, constitui crime inafiançável e inusceptível de anistia e prescrição", diz o texto.

— Um pacifista pode não querer servir às Forças Armadas por convicção e será beneficiado pela Constituição — explicou o conselheiro Clóvis Ferro Costa. Um dos maiores entusiastas da proposta aprovada.

O artigo 92 da atual Constituição estabelece que "todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei". O parágrafo único do artigo estabelece que "as mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir". A legislação atual, que regulamentou a aplicação desse texto constitucional, pune com a perda de direitos políticos os que se recusarem a prestar serviço militar, mesmo por razões religiosas.

— Conheço bem o serviço militar, nunca me recusei a prestá-lo, mas reconheço que essa obrigação é altamente inconveniente para o país e vexatória para a sociedade civil. A obrigatoriedade garante a sobrevivência de uma filosofia militar superada, porque, no país militarmente mais forte do mundo, os Estados Unidos, o serviço militar é voluntário — disse Ferro Costa, advogado maranhense, ex-deputado federal e colega do presidente Sarney na bossa nova de antiga UDN, de 1958 a 1962.

### Contra a tortura

A Constituição vigente não faz qualquer menção à tortura, embora o capítulo da Declaração de Direitos tenha sido redigido pelo professor Afonso Arinos, presidente da Comissão que elabora o anteprojeto para a Constituinte. Então senador pela UDN, Arinos preparou este capítulo em 1967 a pedido do presidente Castelo Branco. Na Constituição vigente, que incorporou o texto de Arinos, a palavra tortura nem aparece no índice sistemático de assuntos.

— Sempre houve tortura no Brasil, mas nunca na escala nem com as características dos anos mais recentes de regime autoritário — afirmou Afonso Arinos.

A pesquisa, lavra ou exploração de minérios em terras indígenas serão privilégio da União e somente poderão ser feitas quando houver relevante interesse nacional, assim declarado pelo Congresso, determina proposta também aprovada pela Comissão.

— Foi uma grande vitória da nossa comunidade — disse Kamaiurah Ianocula Rodarte, chefe de gabinete da presidência da Funai. Os índios queriam a proibição total da mineração em suas terras, mas os dispositivos restritivos foram considerados satisfatórios.

### Bornhausen acha erro esvaziar Constituinte

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, declarou durante o almoço com empresários na Associação Comercial do Rio, que considera um erro de base as eleições para a Constituinte serem realizadas na mesma época em que as eleições para governador. Segundo o ministro, as sucessões estaduais estão sendo muito mais debatidas do que a Assembleia Nacional Constituinte.

— Não estamos federalizando, nacionalizando as eleições para a Constituinte. Deveríamos estar estudando todos os problemas da sociedade para que eles tenham suas linhas fundamentais estabelecidas — sintetizou Bornhausen. "Não podemos virar uma maioria muda; precisamos mostrar a sociedades o perigo do populismo que poderá levar os mais desinformados ao aplauso fácil", acrescentou o ministro e ex-presidente nacional do PFL.

O ministro disse acreditar na "marcha unida" do PMDB e do PFL do Estado do Rio para as eleições. Apesar da política ser uma "arte difícil", Bornhausen considera viável a formação da Aliança Democrática. "O processo pré-convenção é sempre de disputa, acredito que o pós seja de unidade", finalizou.